

A Invenção do Brasil entre Clio e o *Mythos*

(Contraponto com Gilberto Freyre de *Interpretación de Brasil*)¹

EDUARDO DIATAHY B. DE MENEZES (*)

I Preliminares: Que é isso que chamamos Brasil?

*«O estudo da literatura e da arte não há de reservar-se exclusivamente à crítica literária ou estética; incide também no campo do sociólogo, do historiador social, do antropólogo e do psicólogo social; através de sua literatura e de sua arte é que os homens mais parecem revelar sua personalidade e seu **êthos** nacional. Através das artes eles descrevem as condições sociais mais angustiosas e revelam seus desejos mais revolucionários. E ainda, através das artes, exprimem os aspectos particularmente contidos, tanto como os mais vigorosamente dinâmicos de sua personalidade e de seu êthos nacional.»*

Gilberto FREYRE [1945: 165]

A apropriação do real pelo ser humano é sobretudo um processo operatório e semiótico. Noutras palavras, é algo que se dá mediante operações de classificação, de comparação, de diferenciação, e de atribuição de sentido e de valor às realidades com que se convive. Dentre estas, destaca-se naturalmente a vida social, a coletividade, os grupos, a nação, enfim, o País.

Diferentemente do que acreditavam as tradições tanto idealistas quanto positivistas e realistas, o que chamamos de real é sobretudo para nós um **constructo**, uma invenção, ou, antes, uma

(*) Sócio Efetivo do Instituto do Ceará.

reinvenção permanente, individual e coletiva, no plano semiótico e conceptual. Com maior razão, isso se dá no caso de uma realidade histórico-cultural de extrema complexidade e mutação incessante como é um país, um povo, uma nação. No caso que nos interessa aqui, quero referir-me ao Brasil, como problemática interpretativa.

Ao contrário de outras nações cujas origens se perdem em tempos imemoriais, o Brasil atual, resultando da expansão marítima e mercantil de Portugal na disputa pela colonização de novas terras, possui uma data oficial de seu “*descobrimento*” e de sua construção social, econômica e cultural, nos termos da semântica cujas regras nos foram impostas pelos que dominaram esta área da geopolítica do Atlântico a partir de 1500. Mas é óbvio que possuímos também uma longa pré-história, em particular na sua contribuição indígena, freqüentes vezes velada ou minimizada, e na reposição negro-africana no Novo Mundo mediante sua imensa diáspora forçada.

Assim, se o real se compõe de coisas ou sistemas de fatos e eventos, ele só se dá para nossa consciência, como representação coletiva, mediante atos e falas. É do entrecruzamento de um sem-número desses atos e falas ao longo do tempo histórico e dos diferentes espaços sociais que essa realidade chamada **‘Brasil’** vem sendo inventada e reinventada, e cujo produto mutante vai sendo transformado por nosso imaginário social e condensado como experiência compartilhada em nossos códigos de sensibilidade e de conduta, valores e crenças que a memória coletiva preserva, assegurando a sua singularidade contrastiva entre outros povos e nações.

Temos uma ilustração significativa desse processo de construção ou invenção se acompanharmos a produção da cartografia do Brasil desde o século XVI: da ilha presumida nos inícios das primeiras expedições exploratórias, pouco a pouco não só as técnicas de elaboração dos mapas e representações geográficas foram sendo refinadas, mas também a ocupação do espaço e o conhecimento da terra foram sendo retificados e aperfeiçoados. Mas fomos, de começo, a imagem produzida pelo espanto de olhares estrangeiros. E a primeira e saborosa expressão disso está na *Carta* de Pero Vaz de Caminha, que Capistrano de Abreu dizia ser nossa certidão de nascimento.

Durante os três séculos do nosso período Colonial explícito, foram sobretudo esses olhares estrangeiros que construíram a nossa imagem, a consciência do que somos: portugueses, judeus, mouros, espanhóis, franceses, africanos, italianos, alemães, holandeses, e, ao longo do tempo, vieram mais: suíços, norte-americanos, russos e outros eslavos, etc., que, aventureiros, colonos, missionários, comerciantes, prostitutas, traficantes, negreiros, degredados, foragidos, escravos, artesãos, naturalistas e homens de ciência, viajantes e visitantes, foram todos construindo essa imagem sempre mutante, única e múltipla.

É interessante observar que, nos inícios, esse olhar de espanto e de deslumbramento face ao Novo Mundo produziu imagens ora paradisíacas, ora negativas, em que se sobressaem a terra, a natureza exuberante e grandiosa, mas também a sua gente e seus costumes. O Padre Anchieta, por exemplo, ao escrever a primeira arte de gramática da língua geral mais falada na costa do Brasil, na frase inicial de seu texto, afirma que os primitivos habitantes desta terra não possuem em sua linguagem nem *f*, nem *l*, nem *r*, porque eles não têm fé, nem lei, nem Rei. Ou seja, ele nos definia pela negação, pois em seu viés etnocêntrico não encontrava aqui as mesmas instituições que conhecia no Velho Mundo. E Narciso sempre acha feio tudo que não é espelho...

Com o fim do exclusivo português e do pacto colonial, o Brasil independente ou incipiente abriu-se à curiosidade universal e sobretudo à intensa expansão das ciências naturais de que fomos o principal fornecedor de matéria prima, por nossa imensa diversidade biológica e ecológica. Boa parte do avanço dos conhecimentos científicos nesse domínio e dos acervos das Universidades e Museus de História Natural do mundo todo se formou a partir dessas expedições, que duram até os nossos dias. Aliás, isso ocorre de fato desde os sábios trazidos pela administração de Nassau, na primeira metade do século XVII, quando inclusive se instalou o primeiro observatório astronômico em terras do Novo Mundo. Mas provieram também de artistas de todo gênero, que contribuíram significativamente para a construção de nossa imagem: é riquíssima a icnografia do Novo Mundo e do Brasil em particular.

Paralelamente a essa presença dominante do olhar, da fala e da conduta dos estrangeiros, e em relação dinâmica, ora convergente, ora antagônica, com estes, foi se constituindo o nosso povo, com seus sentimentos, normas e valores, códigos e costumes, que se singularizam lentamente e vão pouco a pouco constituindo o nosso perfil peculiar, inclusive pela apropriação dessa realidade por meio de nossa própria fala e nosso próprio olhar, mediante múltiplas linguagens (músicas, ritmos, danças, rituais, festas, arquiteturas, pinturas, decorações, narrativas, poéticas, representações, etc.) que, muito mais por simplificação e comodidade, costumamos chamar de **cultura brasileira**.

Se tomarmos como mera ilustração desse esforço de invenção nacional a recolha de textos significativos feita por Djacir Menezes, em seu já clássico *O Brasil no Pensamento Brasileiro*, veremos que não passa de simples amostra do que tem produzido a inteligência brasileira que se debruça sobre a tarefa de interpretar e criticar as características de nossa realidade. Na verdade, posto sejam importantes os textos que a compõem, eles produzem uma imagem expressiva das qualidades e defeitos do Brasil, porém nitidamente parcial e fragmentária. Com efeito, constituem apenas parte da produção ensaística de pensadores, estadistas, economistas, historiadores, que buscaram interpretar a nossa realidade. Estão excluídas todas as demais expressões de nossa produção simbólica ou discursiva, tais como a poética, a dramaturgia, a crônica, a prosa de ficção, etc. Enfim, tudo isso que constitui nossa *tradição afortunada* – a saber, nosso pensamento crítico e nossa própria literatura – sempre voltada para a missão de dizer o que somos, e que, sob muitos aspectos, é amplamente superior em alcance interpretativo e criativo de nossa realidade do que toda a nossa produção em economia, sociologia, ciência política, etc. Há muito mais captação de nossa gênese e de nosso caráter nacional em Gregório de Matos Guerra, nos Inconfidentes, num Antônio José (o Judeu – trucidado pela Inquisição), em Alencar, Machado de Assis, Lima Barreto, J. Lins do Rego, Graciliano Ramos, Mário de Andrade, Guimarães Rosa, etc. do que em nossas ciências sociais, exceção feita para a ensaística e a história social sobretudo a de inspiração antropológica e do modernismo para cá.

Destaque-se ainda que os textos escolhidos, embora importantes e até indispensáveis, estão restritos aos escritores pertencentes à nossa **ilustração**, à nossa tradição letrada. Toda a riquíssima produção de nossa **cultura popular** está fora de cogitação nesse tipo de escolha. Aliás, diga-se, sumariamente, que a desmesurada tarefa de construir um quadro consistente como resposta a nossa aporia ôntica, como povo e como cultura, implicaria o cometimento de muitos especialistas que explorassem a elaboração da imagem do Brasil pelo menos nos seguintes segmentos discursivos: **a)** nos que se exprimiram sobre isso nas diferentes fases de nossa história; **b)** nas diversas regiões de nosso continente sociocultural; **c)** nos vários olhares forasteiros que nos estudaram e apreciaram; **d)** no pensamento de nossa “**ilustração**” e nas imagens da literatura ficcional e poética, incluindo aí as visões de ufanistas contumazes e as dos críticos pessimistas; **e)** nas concepções de nossas elites políticas e econômicas e nas das massas e classes subalternas. Para não falar de outras formas de expressão tais como a pintura, a arquitetura, o cinema, a música, a dança, o carnaval, os esportes, o humor, etc. Em suma, é do conúbio entre Clio e o *Mythos* que nasce a invenção de um país, produto de ciência e arte, trabalho e devaneio, análise e utopia.

II Gilberto Freyre e seu estilo cognitivo: uma dialética da medianiz ou uma acrobacia hermenêutica

«Gilberto Freyre não procura fabricar uma unidade ideal dos fenômenos isolados em si mesmos, mas busca, de um modo que deve servir de exemplo (aos sociólogos europeus), a unidade efetiva desses fenômenos, seguindo uma pluralidade de métodos-chave.»

Jean POUILLON (Paris)

Dizia Karl Jaspers, referindo-se a Max Weber, que a “*a maneira de honrar a um grande homem está em apropriar-se de sua*”

obra e tentar trabalhar em suas idéias para prosseguir a realização, que ele tornou possível, de cada uma de suas distintas partes." [1953: 1].

Portanto, não prestam tal homenagem ao seu real valor aqueles que se excedem ao qualificar Gilberto Freyre com hipérboles do tipo desta: «o descobridor do Brasil» – visto que só por amnésia cultural profunda é possível apagar todas as gerações que o precederam nessa tarefa ingente de esclarecimento de nossa formação, de quem ele era o primeiro a reconhecer a contribuição. Tampouco segue o judicioso conselho de Jaspers alguém que, como João Gabriel, assevera não ser «exagero dizer que seu livro *Casa-Grande & Senzala* está para a sociologia nacional assim como o *Gênesis* para a *Bíblia*» [VEJA, 15/09/99, p. 70]. Mais sóbrio foi o gesto da Universidade de Poitiers, na França, que, no dia 15 de março do corrente ano (2000), realizou um colóquio internacional «Gilberto Freyre e a França», em comemoração ao seu centenário.

Por decreto da Presidência da República, publicado no *Diário Oficial* de 13 de julho de 1999, o ano 2000 foi proclamado “Ano Nacional Gilberto de Mello Freyre”. Doutor *honoris causa* de uma dezena de universidades americanas e européias, professor convidado de quase todas as grandes universidades da Europa e das Américas, recipiendário de numerosos Prêmios literários e científicos, membro honorário das mais importantes sociedades científicas em ciências humanas, poucos intelectuais souberam administrar tão bem, como Gilberto Freyre, a própria imagem, e isso desde cedo até sua morte.

Não saberia eu avaliar se o mais importante – e até desconforto que carecemos de tal escala métrica –, mas por certo, dentre os cultores das Ciências Sociais no Brasil, nenhum supera Gilberto Freyre em volume e variedade de homenagens, comendas e referências: a maioria destas elogiosas, algumas porém cáusticas ou preconceituosas. Guerreiro Ramos, por exemplo, em seus cursos, no finado ISEB, sempre se referia a Gilberto Freyre como «o romancista de Apipucos»: pretendia ele com isso menosprezar sua obra sociológica, sem saber que prestava a maior homenagem a quem fora antes de tudo excelente escritor.

Mas cheguemos mais próximo do nosso autor. Gilberto Freyre é sobretudo um escritor saboroso e envolvente. Mestre em enumerações pitorescas e ilustrações de perfil folclórico, que no entanto operam um efeito de sedução sobre o leitor. Mesmo quando este é mais crítico e discorda de várias de suas concepções, não há negar o encanto ou o fascínio que a riqueza plurívoca e temática de seu pensamento exerce sobre ele.

Eis por que intitulei este tópico de minha fala com a expressão “**acrobacia hermenêutica**”. De fato, nas suas elaborações teóricas, ele se move num espaço epistêmico que inclui sempre o território da história, iluminado pela perspectiva socioantropológica, estética, literária, psicológica, etc. – ele até se aventura a freqüentes ousadias de interpretações psicanalíticas, quase sempre o seu tanto inconsistentes –, ou seja, ele é livremente multidisciplinar. Seu estilo cognitivo é predominantemente estético e se elabora num movimento metodológico do **quase**, do **talvez**, e sobretudo do **semi-**, inclinação metodológica que se expressa na constância com que emprega esses termos, que são os mais freqüentes de seu discurso intencionalmente oscilante, sinuoso, nietzschiano e talvez dialético. Uma **dialética da medianiz**, pois, como sabemos, a medianiz é o espaço em branco entre duas linhas ou duas páginas impressas, aquele espaço em torno da costura. Tomo pois a sugestão metafórica da **costura** dos extremos para ilustrar essa capacidade de Gilberto Freyre de se apropriar dos interstícios do pensamento para construir sua própria interpretação. Além disso, seus termos dizem sempre mais do que impõem as tradições semânticas sedimentadas. Tudo se passa como se em sua lucidez intuitiva, visasse aos tons em claro-escuro, entre o preto e o branco, entre o bem e o mal, entre o lícito e o proibido, entre esquerda e direita, entre tradição e transformação, entre estrutura e processo. Uma espécie de dialética particular que tenta apanhar uma realidade cambiante e pendular, como o Brasil, com o jogo de cintura de nossas carnavalescas mulatas: isso que foi fixado num momento arquitetônico, naquela forma levíssima e bela com que Oscar Niemeyer fechou a praça da apoteose, no sambódromo do Rio, evocando por trás o movimento da passista que se curvasse para tocar o chão telúrico de seu país natal.

Sem dúvida, o pensamento gilbertofreyriano é sinuoso e nada linear, sem conotação pejorativa, já que se trata de deliberada astúcia de seu espírito, que bebeu, talvez, nos oxímoros da obra-prima de Euclides da Cunha, seu parceiro de ginástica mental, para dar conta de uma realidade que exprime a tortuosa aventura histórica de um povo e não um teorema de elementar geometria. Assim ao longo de seus textos, ele costuma afirmar algo, para logo em seguida negá-lo sob outra forma; reafirmando mais tarde o anterior, para negá-lo mais uma vez, e assim, sucessivamente, ele vai construindo um quadro claudicante que é expressão do nosso próprio movimento histórico e social. Sua argumentação nasce da lógica da *finesse* pascaliana, existencial, cultural, e não daquela do rigor formal e cartesiano. Seu pensamento distancia-se da lógica dicotômica, de termos mutuamente exclusivos. O que eu chamei sua *dialética da medianiz* admite o terceiro excluído mediante a costura do 'é' e do 'não é', do sim e do não, espécie de terceira margem do rio equidistante dos extremos. Por isso ele causa incômodo às mentes acantonadas em suas fortalezas ideológicas.

Enfim, a vigência cultural de sua contribuição teve um efeito inovador sobretudo em nossa historiografia. Esta até então tinha como espinha dorsal seu eixo político-administrativo, que tendia a ocultar todas as demais dimensões que entretecem a trama da existência coletiva. Embora utilizando conceitos por demais amplos e do nosso senso comum – nação, raça, cultura, homem brasileiro, caráter nacional, cultura brasileira, etc. –; embora usando de preferência um estilo ensaístico em busca de harmonias criadoras que, posto não desconheça a tradição marxista, deixam de lado as análises histórico-estruturais que privilegiam o modo de produção, o conflito, os antagonismos de classe e as relações de dominação; suas contribuições renovaram de forma inusitada o modo de escrever a história. É, nesse sentido, um continuador de Capistrano de Abreu, enriquecendo-o ao acentuar o valor da dimensão sociocultural, da vida quotidiana, do povo, da mulher, das crianças, do negro, da miscigenação, no modo de considerar a historiografia brasileira; realiza uma como deseroicização dessa historiografia, tomando como unidade básica a família, empregando

amplamente as fontes populares e propondo novo fulcro de interesse, centrando-se na vida íntima e privada. Esboça assim, como pioneiro, uma história do desejo e da sexualidade do povo brasileiro. Foi, sem dúvida, o primeiro a ter a ousadia de juntar os fragmentos dessa história, sobretudo em seus vícios, erros, prazeres, lazeres, etc., para construir, ainda que imperfeito, um novo retrato do Brasil.

III Interpretación de Brasil, *primeiro ensaio de síntese*

«Somos, por tudo isso, uma República Mestiça, étnica e culturalmente; não somos europeus nem "latino-americanos"; fomos tupinizados, africanizados, orientalizados e ocidentalizados. A síntese de tantas antíteses é o produto singular e original que é o Brasil atual.»

José Honório RODRIGUES [1982]

Não podemos esquecer que, na inteligência brasileira, Gilberto Freyre é um dos maiores exemplos de fidelidade a uma paixão e a um projeto concebido desde a juventude, visto que dedicou toda a sua vida consciente à tarefa de compreensão e interpretação empática, mas também analítica, deste país em sua complexidade, na unidade de sua variedade, conforme costumava dizer. E de sua rica e numerosa obra, eu escolhi um dos seus livros, talvez um dos menos conhecidos, para o exercício deste contraponto intelectual.

Portanto, não elegi de propósito trabalhar com *Casa-Grande & Senzala*, visto como essa estrada real está repleta de estudos e ensaios. Não é, pois, por aí que quero desenrolar meu percurso mais modesto. Pretendo simplesmente empreender uma releitura de um livro seu, um só, que caiu em minhas mãos, quando ainda jovem estudante, já lá vão 44 anos, adquirido, se não abuso da

memória, numa livraria do Recife à extremidade oriental da Ponte da Imperatriz. Refiro-me a *Interpretación de Brasil*, assim mesmo em sua versão em espanhol, editado no Fondo de Cultura Económica, do México, em 1945, e que traz esta nota editorial: «Traducción del original inédito por Teodoro Ortiz». A edição original em inglês sairia no mesmo ano, pois que o livro resultara das notas de aula do curso que Gilberto Freyre ministrara na Universidade de Indiana, no ano anterior.

Sabe-se que um princípio básico de leitura reside em tomar em consideração as condições de produção de uma obra. Assim, a um primeiro exame, estranha a ausência de fontes brasileiras nas referências do autor. Todavia, se atentarmos ao fato de que este texto se destinava na origem, fundamentalmente, a um público norte-americano, entenderemos por que ele menciona sobretudo trabalhos em língua inglesa. Além disso, face à riqueza de informações e tema que compõem *Casa-Grande & Senzala*, o presente livro se apresenta bem mais modesto, já que pretendia em particular realizar uma primeira síntese interpretativa, espécie de balanço resultante dos seus estudos anteriores.

Como quer que seja, uma leitura atenta constata inevitavelmente estranho silêncio do autor em relação a outros estudiosos brasileiros que exploravam problemática semelhante, e cuja obra por certo ele não ignorava. Menciono, para ilustrar, apenas dois casos significativos. O primeiro é o sergipano Manoel Bomfim que, muito antes dele, assestou como um cruzado seus instrumentos analíticos contra o racismo dominante da inteligência brasileira de então, como chave desqualificada da explicação de nosso atraso cultural. Com efeito, ele o fez desde 1905, logo após a obra de Euclides da Cunha, no seu *A América Latina – males de origem*. É verdade que, com base em fundamentos históricos da mesma origem, ele chega a conclusões radicalmente opostas às de Gilberto Freyre: enquanto este engrandece a experiência colonizadora de Portugal; aquele, movido de intensa lusofobia, põe no legado português a causa dos defeitos de nossa formação. O outro caso é a obra original e pioneira de Pedro Calmon – *História Social do Brasil* – cujo primeiro tomo, dedicado ao “Espírito da Sociedade

Colonial”, foi publicado na mesma época de *Casa-Grande & Senzala*, com uma perspectiva analítica muito próxima e examinando temas semelhantes aos desta obra, posto que sem a mesma grandeza.

O escopo desta obra, objeto desta comunicação, enquadra-se numa espécie de tese geral adotada por Gilberto Freyre, segundo a qual ele realiza a *«tentativa de interpretar não apenas o Brasil, como tal, porém como expressão pioneira de um novo tipo de cultura e de civilização – civilização moderna ao mesmo tempo que ecológica – em desenvolvimento em espaço ou dentro de ambiente tropical»* [1971: prefácio, p. XVII]. Tanto é assim que, no título da nova versão aumentada e modificada deste livro, o autor enfatiza um dos eixos argumentativos da tese: *Novo Mundo nos Trópicos*. Título que amplifica sua generalidade, porém com a omissão de tratar-se de uma síntese interpretativa do Brasil. Eis por que dou preferência, nesta comunicação, à versão original que primeiro me veio às mãos e onde esse desiderato é claro desde logo.

Ora, os primeiros críticos do Gilberto Freyre de *Casa-Grande & Senzala*, como o sergipano João Ribeiro, acusavam-na de ser uma obra sem conclusões. E o próprio autor reconhece que o espírito que presidia aquela fase de seu trabalho era sua tendência *«principalmente analítica ou indagadora, em face do assunto já, naqueles dias, de sua máxima preocupação: o Brasil como país – e como cultura – situado em espaço, quase todo, tropical; o Brasil como cultura, quase toda mestiça... que mais buscou naquele livro foi analisar, compreender, fixar sob nova perspectiva, uma situação complexa da qual, como brasileiro, se sentia no dever científico de ser, quanto possível, objetivo. Daí uma análise interpretativa. Mas não ainda de síntese...»* [1971: XVIII]. Portanto, o livro, de que darei aqui meu contraponto crítico, nasceu do desafio proveniente da recepção à sua obra maior.

Esquemáticamente, esta obra, que realiza uma primeira síntese interpretativa do seu pensamento sobre o Brasil, compõe-se de seis capítulos tratando das seguintes matérias: as raízes européias da história brasileira; a fronteira e as *plantations* no Brasil; unidade e diversidade regional brasileira; condições étnicas e sociais no Brasil moderno; a política externa e a situação étnica,

cultural e geográfica; e a literatura moderna e os problemas sociais. Não me move, porém, a pretensão de resumir aqui a riqueza de aspectos que explora neste ensaio curto mas denso. Respigarei apenas aqui e ali um ou outro ponto que forneça os elementos básicos de sua argumentação e que me permitam algum comentário mais significativo.

No que tange ao tema inicial, o autor sublinha desde logo o caráter ibérico e católico do Brasil. Na seqüência, porém, do seu desdobramento ele vai matizando e enriquecendo essas duas características, primeiro mostrando a complexa formação étnica dos povos ibéricos e do português em especial, acentuando em particular seu intenso intercâmbio com mouros e árabes, bem como a forte presença judia, sem esquecer as condições físicas e geográficas. Há um trecho que, no meu entender, sintetiza sua argumentação e expressa o típico de seu estilo: *«A diversidade regional das condições peninsulares do solo, da situação geográfica e do clima é algo que devem ter em conta todos os que estudam as raízes européias da história brasileira, raízes que não são puramente européias, senão também africanas; não só cristãs, senão assim mesmo judias e islâmicas; não só agrárias, como o indica a importância dos agricultores nos primeiros tempos de Portugal, senão igualmente militares; não só industriais, como as desenvolveram os árabes e os mouros, senão ainda marítimas e comerciais, que desenvolveram nórdicos e judeus; notáveis não só pela capacidade para o trabalho penoso, contínuo e monótono, e pela inclinação à vida sedentária da agricultura, mas também o espírito de aventura... e o desdém pelo trabalho agrícola.»* [1945: 12 e 17]. Estas duas últimas características evocam idéias desenvolvidas por Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*.

Além disso, insiste o autor em que, por maior que tenha sido o papel das camadas dominantes portuguesas, *«deve-se repetir uma vez mais que a força criadora mais constante [em nossa colonização] foi provavelmente a dos camponeses analfabetos, alguns de sangue norte-africano: árabe, mouro e ainda negro. O resultado de sua obra pode apresentar-se hoje ao mundo como um dos esforços mais afortunados de colonização, não já europeus,*

senão semieuropeus, na América tropical: no Brasil.» [Ib.: 29-30]. E ele conclui asseverando que na história social do Brasil está por fazer-se ainda a tarefa de reunir informação suficiente sobre a vida, a atividade e a influência das massas populares, informes sobre os contatos socioculturais básicos, que permitam obter um conhecimento adequado do nosso desenvolvimento. Contudo, entre alguns reparos que se pode fazer à sua exposição, está por exemplo o fato de que ele repete constantemente equívocos de Silvio Romero e sua geração ao qualificar como “sistema feudal” nosso modo de produção colonial agro-exportador.

O capítulo seguinte, posto contenha como sempre algumas observações preciosas, decepciona um pouco o leitor pela não correspondência ao seu título que promete tratar de “fronteira e *plantations*”. Na realidade, o autor dedica duas ou três páginas ao primeiro tema. Todo o resto do texto é dedicado a uma apologia, um tanto nostálgica, do regime senhorial dos engenhos, entremeada de observações folclóricas: festa de São João, bolos, briga de galo, banhos de rio, corrida de cavalo, etc. – adotando um andamento meio dispersivo, em que qualquer coisa serve a divagações, às vezes antropológicas, porém de perfil caleidoscópico.

Inegavelmente é o terceiro capítulo, sobre a unidade e diversidade regional brasileira, que constitui um dos mais interessantes e densos do livro. Partindo de definições e distinções conceituais relativamente rigorosas, ele analisa as características de nossas diferenças regionais e os ajustamentos e antagonismos entre uniformidade e divergência, centralismo e autonomia, etc. Percorre o perfil psicológico de cada região principal do Brasil, destacando seu caráter dominante, e chega a sugerir a hipótese de construção de uma tipologia regional brasileira em função do modo como cada área festeja o Carnaval. Mais de meio século depois, com as atuais pressões globalizadoras, ainda mantêm gritante atualidade algumas de suas observações, como esta: *“Alguns dos que têm estudado a situação social internacional que se desenvolveu no mundo após a Revolução Industrial na Europa – a conquista industrial do mundo baseada em ideais de standardização de todos os lugares de acordo com os padrões dos estados capitalistas*

mais poderosos – têm reconhecido a necessidade de um regionalismo criador, um regionalismo criador em oposição aos numerosos excessos de centralização e unificação política da cultura estimuladas pelos interesses e pelas forças política e economicamente imperialistas. (...) O estudo da história social brasileira e das condições sociais parece indicar que no Brasil, como em outras nações vastas e complexas, deve permitir-se a cada um desenvolver uma lealdade particular para sua comunidade básica, sua região ou sua província. Ainda que em seus afetos transnacionais possa ir tão longe que chegue a converter-se num verdadeiro cidadão do mundo, contudo, sua condição como membro de um grupo primário local parece ser essencial para a saúde pessoal e social.» [pp. 74 e 96].

Na verdade, o capítulo que se segue, acerca das condições étnicas e sociais do Brasil moderno, é um desdobramento do antecedente, e é tão denso quanto o outro. O autor tem aqui a oportunidade de desenvolver seus argumentos a favor da miscigenação e contra a antropologia racista, de que cita alguns autores para contestá-los com exemplos e testemunhos significativos. Expõe a divisão das regiões brasileiras segundo princípios ecológicos, inclusive de ecologia humana, tal como foi proposta por von Ihering, daí derivando longa argumentação em defesa de nossa miscigenação e da fundamental contribuição africana para a nossa formação como povo e cultura. Situa-se no quadro da Velha República para estudar as transformações daí decorrente e caracterizar os grupos em disputa pela liderança política do país e na realização de seus projetos de progresso material, diferenciando-os por sua composição étnica, por seus interesses econômicos e intelectuais, e por sua origem social. Aqui, ele formula críticas a essas elites políticas que no fundo perseguiram os mesmos propósitos, sem realizarem um efetivo contato *«com a realidade brasileira humana, social e cultural. Creram que se revelariam consumados mestres na arte de governo realista tratando de resolver os aspectos mesquinhamente econômicos e os tecnicamente financeiros e materiais dos problemas sociais brasileiros. Descuidaram seus aspectos humanos e étnicos, por exemplo, o importantíssimo de conduzir a transição de um grande número de brasileiros do trabalho es-*

cravo ao trabalho livre. (...) Daí por que concentram sua atenção em problemas de progresso material, numa política de empréstimos e de edificações, e de atração do capital estrangeiro... [p. 113]. Segue-se ainda longa discussão da política de migrações para o país e da ingerência das potências estrangeiras, bem como da velha questão da assimilação de índios, negros e outros grupos à cultura brasileira, que ele examina criticamente desde as posições dos Jesuítas e passando pelo plano apresentado por José Bonifácio para integração dos índios. Isso lhe fornece a ocasião de examinar e elogiar abertamente a obra desenvolvida pelo Marechal Rondon nesse sentido.

A política exterior e a situação étnica, cultural e geográfica, que constitui o tema do quinto capítulo, inicia-se por afirmações que são o resultado das reflexões desenvolvidas nos capítulos precedentes: *«O status nacional do Brasil não é a expressão de uma consciência de raça, pois não o fez uma raça única... Sua mística de unidade ou pureza foi de status religioso ou de religião – a religião católica romana ou o status cristão – e não de raça. O status nacional do Brasil é etnicamente negativo. Poucas nações modernas são tão heterogêneas do ponto de vista étnico como a única república de fala portuguesa do continente americano. No Brasil, nenhuma minoria ou maioria étnica exerce realmente uma dominação absoluta, sistemática e permanente, cultural e social, sobre elementos da população política e economicamente menos ativos.»* [p. 131]. Mas em seguida, depois de comparar o Brasil, nesse particular, à União Soviética, ele faz o reparo de que não se deve ver em sua visão a pretensão sua de apresentar o Brasil como uma perfeita democracia étnica e social.

Todo este longo capítulo é uma retomada de seus argumentos e novas ilustrações de sua conhecida posição nesse campo, por isso volta a contestar as opiniões de autores racistas contra a mestiçagem, reforçando-se com referências a autores científicos que lhe são favoráveis, incluindo alguns estudiosos brasileiros como Roquete Pinto. Retoma a questão das migrações estrangeiras e das novas relações decorrentes do desenvolvimento industrial, para terminar profeticamente projetando uma posição de liderança do Brasil sobre o conjunto do mundo lusófono e do seu papel

civilizatório por sua experiência singular: «*Parece que o Brasil tem que fornecer uma contribuição peculiar ao desenvolvimento da personalidade humana no mundo moderno. Essa contribuição virá provavelmente do tipo extra-europeu de civilização que estão desenvolvendo os grupos mais dinâmicos e criativos da população brasileira, apesar das inúmeras dificuldades com que tropeçam. (...) [e o maior grau de tolerância das jovens gerações brasileiras em relação ao caráter mestiço da nação constitui prova] de que existe uma capacidade de construir uma civilização nova e original no continente americano...*» [pp. 159 e 161]. Idéia esta longamente acalentada também por Darcy Ribeiro.

Antes de passar ao último capítulo, gostaria de sublinhar o fato de que, em nenhum momento deste livro, Gilberto Freyre fala de “democracia racial” no Brasil. Aliás, do mesmo modo que o “homem cordial” de Sérgio Buarque de Holanda, esta expressão tem padecido da incompreensão de muitos de seus críticos. Na verdade, sempre que se refere à questão, ele emprega sistematicamente o termo “democracia étnica e social”. Ora, para quem viveu a experiência da clivagem racial profunda dos EE. UU., como ele, é fácil supor a significação que ele atribui à sua visão na relatividade comparativa de sua semântica, inclusive pela fluidez com que usa o conceito de democracia quase como sinônimo de tolerância. Todavia, mais do que um argumento, este corolário de sua tese geral sobre o Brasil vem repetido por ele como um *Leitmotiv* no conjunto de sua obra, como se ele fosse uma espécie de pastor evangélico que se vê na obrigação de pregar essa nova revelação *oportune et importune*.

O capítulo final, por sua própria temática – a literatura moderna e os problemas sociais – é indubitavelmente o mais saboroso do livro por sua riqueza e fecundidade de reflexão. Por isso epigrafei o início deste trabalho com a citação de seu primeiro parágrafo. Na dificuldade de resumi-lo aqui, sublinho que se trata de suas reflexões originais sobre arte e literatura no Brasil em suas relações com a substância social e cultural da nação: são observações preciosas sobre Gregório de Matos, uma aguda análise política da estética de Aleijadinho, apreciações fecundas sobre várias expressões da cul-

tura popular, ou o destaque que atribui à caricatura e à sátira como aspectos dominantes de várias de nossas manifestações culturais, ou quando aponta as deformações de visão de nossos intelectuais mediante a análise que empreende do *Canaã*, de Graça Aranha, ou enfim seus reparos sobre o movimento modernista e a originalidade do regionalismo nordestino do período.

* * *

Preciso concluir esta comunicação. Mas também aqui Gilberto Freyre não apresenta bem conclusões, merecendo provavelmente os mesmos reparos dos críticos de *Casa-Grande & Senzala*. Ou seja, seu esforço de interpretação do Brasil continuará sendo uma *obra aberta*. Por isso, para fechar sem concluir, gostaria de poder transcrever aqui o lúcido e provocante prefácio de Monteiro Lobato, seu contemporâneo que talvez melhor compreendeu o significado ou o espírito de sua obra, prefácio que escreveu para o livro biográfico sobre Gilberto Freyre que fez Diogo de Melo Meneses [1944]. Como se trata, porém, de um texto muito longo, menciono apenas alguns fragmentos:

«Em todos esses capítulos... outra coisa não fez G. F. senão revelar-nos a nós mesmos, contar o que somos e porque somos assim e não de outro modo. Toma-nos a mão, e vai nos ensinando a ver claro nas coisas do Brasil.

G. F. tem o destino dos Grandes Esclarecedores. Antes de sua amável e pitoresca lição vivíamos num caos impressionista, atrapalhadíssimos com os nossos ingredientes raciais, uns a negá-los, como os que têm como "patriótico" esconder o negro, clarear o mulato e atribuir virtudes romanas aos índios; outros a condenar isto em nome daquilo – tudo impressionismo duma ingenuidade absoluta e muito revelador da mais ampla ausência de cultura científica em nossa gente culta e até em nossos sábios. (...)

G. F. ensinou... essa deliciosa composição que é a ciência misturada com a arte – com todas as artes, inclusive a culinária, tão vital nos destinos humanos, e a erótica, a mais cultivada de todas. E tornou-se o Grande Desasnador, o delicioso mestre da verdadeira ciência sociológica como a entendem os homens de gênio. (...)

A grande inimiga de Gilberto tem sido sempre a mediocridade – na crítica, no governo, no leitor comum... Podemos até dizer que o melhor teste quanto ao valor duma inteligência é pô-la diante de um livro de Gilberto. A inteligência medíocre fatalmente o repelirá com o mesmo ímpeto com que o acolherá a inteligência de escol.

Bibliografia de Apoio

A) De Gilberto Freyre:

- 1937 *Novos Estudos Afro-brasileiros* (segundo tomo). Trabalhos apresentados ao 1º Congresso Afro-brasileiro do Recife (1934). Prefácio de Arthur Ramos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- 1943 *Problemas Brasileiros de Antropologia*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil.
- 1945 *Interpretación de Brasil*. México: Fondo de Cultura Económica.
- 1954 *Casa-Grande & Senzala*. Formação da Família Brasileira sob o Regime de Economia Patriarcal. 2 vols. 8ª ed. Rio de Janeiro: J. Olympio.
- 1961 *Nordeste*. aspectos da influência da cana sobre a vida e paisagem do Nordeste do Brasil. 3ª ed. Rio de Janeiro: J. Olympio.
- 1963 *O Escravo nos Anúncios de Jornais Brasileiros do Século XIX*. Recife: Imprensa Universitária.
- 1970 «O Brasileiro como Tipo Nacional de Homem Situado no Trópico», *Revista Brasileira de Cultura*, Rio, Ano II, set.-dez., nº 6: 41-57.
- 1971 *Novo Mundo nos Trópicos*. Col. "Brasiliana" – 348. São Paulo: C.E.N. – Edusp.

B) Outros Títulos:

- ARANHA, Graça: S/d. *Canaã*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro.
- AA. VV.: 1962. *Gilberto Freyre, sua ciência, sua filosofia, sua arte*. Rio de Janeiro: José Olympio. [Dentre outros, há estudos de: José Américo de Almeida, Antônio Callado, Antonio Candido, Renato Carneiro Campos, M. Cavalcanti Proença, Otto Mª Carpeaux, Manuel Bandejas, Eduardo Portella, Osman Lins, Temístocles Linhares].

- AA. VV.: 1995. «Gilberto Freyre – A Moderna Tradição no Brasil», *Estudos de Sociologia* – revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia – UFPE, Recife, Ano I, nº 1, jan.- jun.
- BASTOS, Elide Rugai: 1986. «Gilberto Freyre e a Questão Nacional», in MORAES, Reginaldo *et al* (orgs.): *Inteligência Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, pp. 43-76.
- BOMFIM, Manoel: 1938 . *A América Latina*. Males de Origem. 2ª ed. Rio de Janeiro: A Noite.
- CALMON, Pedro: 1937-39. *História Social do Brasil*, 3 vols. Col. “Brasiliana” – 40, 83 e 173. São Paulo: C.E.N.
- CARVALHO, Mário César (ed.): 2000. «Céu & Inferno de Gilberto Freyre», Caderno **MAIS**, *Folha de São Paulo*, domingo, 13 Março. [Matérias de: Fernando Henrique Cardoso, Evaldo Cabral de Mello, Peter Burke, Roberto Ventura, Elide Rugai Bastos, Hermano Vianna, Omar R. Thomaz, Enrique Larreta, José Mário Pereira e Gilberto Vasconcellos].
- CHACON, Vamireh: 1993. *Gilberto Freyre – Uma biografia intelectual*. Col. “Brasiliana” – 387. São Paulo: C.E.N. / Recife: FJN.
- CULT – Revista Brasileira de Literatura: 2000. «Gilberto Freyre, o inventor do Brasil», Ano III, nº 32. [Artigos de: Stélio Marras, Antonio Dimas, Cláudia Cavalcanti e João Alexandre Barbosa].
- GÖRGEN, Hermann M.: 1980. «Gilberto Freyre – Mestre e Consciência da Nação», *Cadernos Germano-Brasileiros*, Ano 19/1: 5-8.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de: 1963. *Raízes do Brasil*. 4ª ed. Prefácio de A. Candido. Brasília: EdUnB.
- JASPERS, Karl: 1953. *Balance y Perspectiva*. Madrid: Revista de Occidente.
- JUREMA, Aderbal *et al.*: 1980. *Homenagem a Gilberto Freyre*. Brasília: S/cd.
- LEITE, Dante Moreira: 1969. *O Caráter Nacional Brasileiro*. História de uma Ideologia. São Paulo: Pioneira.
- LIMA, João Gabriel de: 1999. «O Baú do Gênio de Apipucos», *VEJA*, 15 Set., pp. 70-77.
- MARTINS, Wilson: 1978-9. *História da Inteligência Brasileira*. Vols. 6 e 7 (1915-33 e 1933-60). São Paulo: Cultrix – Edusp.

- MEDEIROS, M^a Alice Aguiar: 1984. *O Elogio da Dominação*. Relendo **Casa Grande & Senzala**. Rio de Janeiro: Achiamé.
- MENESES, Diogo de Melo: 1944. *Gilberto Freyre* (Notas biográficas com ilustrações, inclusive desenhos e caricaturas). Prefácio de Monteiro Lobato. Rio de Janeiro: C.E.B.
- MENEZES, Eduardo Diatahy B. de: 1992. «A Cultura Brasileira “descobre” o Brasil, ou ‘Que país é este?’ uma pergunta à cata de resposta», *Revista USP*, São Paulo, nº 12, pp. 76-93.
- MOTA, Carlos Guilherme: 1977. *Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)*. São Paulo: Ática.
- NASH, Roy: 1950. *A Conquista do Brasil*. Col. “Brasiliana” – 150. São Paulo: C.E.N.
- RODRIGUES, José Honório: 1982, 1965, 1978a, 1978b. *Brasil e África – Outro horizonte*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. *História e Historiadores do Brasil*. São Paulo: Fulgor. *Teoria da História do Brasil*. 4^a ed. São Paulo: C.E.N. *A Pesquisa Histórica no Brasil*. 3^a ed. São Paulo: C.E.N.
- TORRES, João Camilo de Oliveira: 1973. *Interpretação da Realidade Brasileira*, 2^a ed. Rio de Janeiro: José Olympio/MEC-INL. [«Gilberto Freyre descobre o trópico», pp. 298-308].

NOTA – Este texto é uma versão preliminar de trabalho maior ainda em elaboração.

¹ Comunicação apresentada no Seminário Internacional «NOVO MUNDO NO TRÓPICO» - Centenário do Nascimento de Gilberto Freyre, na Mesa-Redonda 4: *Vida, Forma e Cor*, Fundação Gilberto Freyre, Recife, 21 a 24 de março de 2000. Reapresentada em 22 de maio de 2000, no Instituto do Ceará.